

PROJETO EDUCATIVO

CONCELHO DE

VILA FRANCA DE XIRA

Carta Educativa

SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Da Carta Educativa ao Projeto Educativo Concelhio de Vila Franca de Xira.....	1
2. Análise SWOT	10
2.1 Pontos Fortes.....	10
Articulação com outros instrumentos de planeamento.....	10
População e Território.....	10
Qualificações da população.....	11
Rede Escolar e Acessibilidades	11
Número de alunos	12
Recursos humanos	13
Contexto económico	14
Segurança e Ação Social Escolar.....	14
2.2. Fraquezas	15
População e Território.....	15
Rede Escolar.....	18
Alunos e percursos escolares	20
Oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular	23
Articulação e Coordenação.....	23
2.3. Oportunidades.....	24
Oferta Educativa	24
Instrumentos e processos de Planeamento Concelhios	26
2.4. Ameaças	26

No padrão de especialização económica.....	26
Na área da oferta educativa	28
Na área das políticas educativas	29
3. Objetivos e Propostas de Ação.....	29
3.1. Orientações e Opções Estratégicas.....	29
3.2. Objetivo Geral	34
Medidas a adotar	35
Medidas na área dos edifícios e Equipamentos Escolares	35
Preparar o ajustamento dos recursos humanos	36
Promoção do sucesso escolar	37
Qualificação de Adultos	38
Investigação e desenvolvimento	38
A Escola Sem Parar	39
4. Plano de Acompanhamento e avaliação	39
O lugar do acompanhamento e da avaliação na Carta Educativa	39
Principal responsável pelo sistema de acompanhamento e avaliação.....	40
Funções do Sistema de Acompanhamento.....	40
O sistema de Indicadores	41

1. Da Carta Educativa ao Projeto Educativo Concelhio de Vila Franca de Xira

A revisão da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira enquadra-se nas determinações do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro. Constituindo um documento de planeamento estratégico municipal, a elaboração da presente proposta foi encomendada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-IUL.

A sua elaboração obedeceu a uma metodologia participada, de modo a envolver desde o primeiro momento todos os atores relevantes. Foram entrevistados representantes de todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, das escolas privadas, das IPSS e instituições de reabilitação de pessoas com deficiência, das Associações de Pais e Encarregados de Educação, do Centro de Formação Profissional de Alverca, do Conservatório Regional Silva Marques, do Centro de Formação Infante D. Pedro, da Universidade Sénior, das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal, de empresas, de associações empresariais, de confederações sindicais e da PSP e GNR. Não foi possível, apesar das insistências, ouvir os responsáveis pela saúde escolar do Centro de Saúde. Muitas destas instituições forneceram ainda documentação e dados diversos, que se juntaram às bases de dados e documentos consultados pela equipa responsável pelo projeto.

O trabalho foi sendo acompanhado por um Painel de Acompanhamento que integra os Diretores ou representantes de Agrupamentos de Escolas e da Escola Secundária Gago Coutinho, a FAPXIRA – Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Franca de Xira, um representante dos estabelecimentos de ensino privados, a AISC – Associação de Intervenção Social e Comunitária, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira, representantes das diversas forças políticas eleitas na Câmara Municipal e um representante das Juntas de Freguesia. Os documentos da Carta Educativa não os comprometem, mas as suas críticas e sugestões foram determinantes na condução dos trabalhos, como será a sua cooperação para a concretização dos planos previstos na Carta.

A tendência para a descentralização da gestão e organização do sistema escolar é crescente e, ao que tudo indica, incontornável.

Dois passos tornam-se indispensáveis no aprofundamento deste processo: por um lado, como tradicionalmente, a programação do investimento nos equipamentos e infraestruturas tendo em conta a evolução provável da procura e dos requisitos educativos e, por outro lado, a definição de objetivos e a construção de um plano de intervenção que tenha em consideração aspetos organizativos ligados à coordenação entre todos os agentes com intervenção no processo educativo concelhio e a definição de projetos e atividades.

Para facilitar a leitura das intervenções a realizar e sistematizar as soluções a propor para os estabelecimentos existentes, apresenta-se de seguida um conjunto de quadros síntese que, abrangendo apenas os estabelecimentos da rede pública, permite uma visão de conjunto da intervenção na rede.¹

¹ No que respeita aos quadros síntese, a taxa de crescimento (2010/11 a 2014/2015) é acompanhada de uma escala de quatro tonalidades, correspondendo a mais escura a uma taxa mais negativa comparativamente com as demais, ou a uma maior urgência de intervenção.

Quadro síntese 1 - Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes

AE1. Alhandra, S. João dos Montes e Sobralinho	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica Soeiro Pereira Gomes	730	681	26	-6,7	Salas de aula, de convívio de alunos e laboratórios considerados pouco adequados e razoavelmente conservados.	Os problemas referidos não constituem primeira prioridade.
					Bancos e mesas considerados pouco adequados.	Idem.
					Espaços exteriores com sombras razoavelmente conservados.	
					Inexistência de Auditório.	Utilização de equipamentos existentes na localidade.
					Inexistência de ginásio.	Utilização de pavilhão desportivo.
Jardim de Infância de Alhandra	48	47	23	-2,1	Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados. Bancos e mesas pouco adequados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal. O problema referido não constitui primeira prioridade.
Jardim de Infância dos Cotovios	44	42	14	-4,5	Espaços de recreio e espaços exteriores com sombras razoavelmente conservados.	Espaços exteriores foram objeto de requalificação em 2016
Escola Básica nº 1 de Alhandra	93	93	17	0,0	Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Espaços de recreio pouco adequados.	Os problemas referidos não constituem primeira prioridade.
Escola Básica nº 2 de Alhandra	196	186	47	-5,1	Salas de aulas razoavelmente conservadas.	Colocado mobiliário novo em 2016
					Biblioteca e refeitório pouco adequados (monoblocos)	Os problemas referidos não constituem primeira prioridade.
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Balizas e espaços exteriores com sombras pouco adequados e razoavelmente conservados.	Colocação de sombreamento realizada em 2016.
					Intervencionar de modo a erradicar o horário duplo	
Escola Básica do Sobralinho	227	178	36	-21,6	Foi inaugurado um novo estabelecimento em 2015/16, dando resposta às questões levantadas na inquirição ao Agrupamento de Escolas, nomeadamente à eliminação dos horários duplos	
Escola Básica dos Cotovios	44	33	17	-25	Refeitório pouco adequado (monobloco)	
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Acompanhar a evolução da procura e preparando eventual junção dos alunos de Cotovios e Á-dos-Loucos, por forma a garantir a melhor qualidade educativa.	
Escola Básica de Á-dos-Loucos	44	59	12	34,0	Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Espaços de recreio pouco adequados.	Realização de obras de melhoria.
Total do Agrupamento	1426	1319	25	-7,5		

Quadro síntese 2 - Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães

AE2. Pedro Jacques de Magalhães	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica Pedro Jacques de Magalhães	985	1055	39	7,1	Salas de convívio dos alunos considerada pouco adequada.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados.	Renovação do parque informático
Jardim de Infância nº 1 de Alverca	75	79	26	5,3	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Estabelecimento intervencionado em 2014, 2015 e 2016. Colocação de novo mobiliário em 2016	
Jardim de Infância nº 2 de Alverca (Ribeiro)	41	46	23	12,2	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Salas de aulas, WC e refeitório razoavelmente conservados.	Ampliação do refeitório encontra-se em planeamento em 2017
					Parque infantil pouco adequado e sem sombreamento	Requalificação do espaço exterior realizada em 2016
Jardim de Infância nº 3 de Alverca (Chasa)	45	67	22	48,9	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Salas de aulas razoavelmente conservados.	Intervenção de requalificação deste estabelecimento de educação em planeamento em 2017. Colocação de novo mobiliário em 2017
					Parque infantil razoavelmente conservado.	
Jardim de Infância da Calhandriz	17	11	11	-35,3	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente conservados.	Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.
					Salas de aulas, salas de atividades e refeitório degradados.	
Escola Básica nº 1 de Alverca	188	182	23	-3,2	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Bancos, balizas, tabelas de basquetebol e parque infantil pouco adequados e razoavelmente conservados.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Estabelecimento intervencionado em 2014, 2015 e 2016. Colocação de novo mobiliário em 2016	
Escola Básica nº 4 de Alverca	139	106	21	-23,7	Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Monobloco - ATL pouco adequado e razoavelmente conservado.	Intervenção de requalificação deste estabelecimento de educação em planeamento em 2017
					Salas de aulas, salas de atividades, biblioteca e refeitório razoavelmente adequados.	
					Bancos razoavelmente conservados.	
Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.						
Escola Básica de Alverca - Malva Rosa	183	344	20	88,0	Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Espaços exteriores com sombras pouco adequados.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
Escola Básica da Quinta da Vala	324	321	18	-0,9	Salas de atividades de tempos livres considerados pouco adequadas.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
Total do Agrupamento	1997	2211	28	10,7		

Quadro síntese 3 - Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde

AE3. D. António de Ataíde	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica D. António de Ataíde	546	546	23	0,0	Gabinetes de ensino especial, laboratório e biblioteca considerados pouco adequados e razoavelmente degradados.	Intervir junto do Ministério da Educação para programação das obras necessárias
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados e razoavelmente degradados.	Renovação do parque informático
					Bancos e mesas pouco adequados e razoavelmente conservados.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Espaços exteriores com sombras nada adequados e degradados.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Salas de informática, unidade de apoio à multideficiência, ginásio, cantina e bar razoavelmente conservados.	
					Espaços de recreio, espaços desportivos, balizas e tabelas de basquetebol razoavelmente conservados.	
Escola Básica da Quinta de S. Sebastião	171	165	21	-3,5	Computadores pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Inexistência de computadores ligados à internet.	
					Escola teve obras de requalificação em 2014, tendo recebido igualmente novo mobiliário em 2016.	
Escola Básica da Vala do Carregado	79	50	10	-36,7	Inexistência de computadores e de quadros interativos	Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.
					Salas de aulas razoavelmente conservadas.	
Escola Básica da Quinta da Cevadeira	257	192	18	-25,3	Salas polivalentes pouco adequadas.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
					Computadores e computadores ligados à internet pouco adequados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal.
					Espaços desportivos razoavelmente conservados.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
Total do Agrupamento	1053	953	20	-9,5		

Quadro síntese 4 – Agrupamento de Escolas do Forte da Casa

AE4. Forte da Casa	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Secundária do Forte da Casa	1250	781	22	-37,5	Auditório pouco adequado e razoavelmente conservado. Existem vários problemas anteriormente sinalizados (mas não mencionados no inquérito à escola) e um projeto na Parque Escolar.	Negociar com o Ministério da Educação a retoma das obras previstas (terceira prioridade, depois da Escola Secundária Gago Coutinho e da Escola Básica de Vialonga).
					Salas de aulas razoavelmente conservadas.	
Escola Básica Padre José Rota	645	592	18	-8,2	Espaços de atividades de tempos livres pouco adequados e razoavelmente conservado.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
Escola Básica Prof. Romeu Gil	450	402	31	-10,7	No ano letivo 2015/16 foram eliminados os horários duplos, pela abertura de turmas do 1º CEB na EB Padre José Rota.	
					Intervenção de requalificação deste estabelecimento de educação em planeamento em 2017	
Total do Agrupamento	2345	1775	22	-24,3		

Quadro síntese 5 – Agrupamento de Escolas Póvoa de Santa Iria

AE5. Póvoa de Sta. Iria	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco	751	1348	18	79,5	Inexistência de espaços exteriores com sombras.	O problema referido não constitui primeira prioridade.
Escola Básica Aristides de Sousa Mendes	754	654	18	-13,3	Salas de aulas, salas de atividades, salas de informática, salas <i>teach</i> , espaços adaptados a alunos com NEE, laboratório, cantina e bar pouco adequados e a necessitar de intervenção de fundo. Espaços exteriores com sombras pouco adequados e razoavelmente conservados.	Negociar com o Ministério da Educação a realização das obras de requalificação.
Escola Básica nº 1 da Póvoa de Sta. Iria	311	315	24	1,3	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Jardim de Infância da Quinta da Piedade	84	103	25	22,6	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica nº 4 da Póvoa de Sta. Iria	272	272	23	0,0	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica de Bragadas	244	269	22	10,2	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica do Casal da Serra	251	309	28	23,1	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Salas de informáticas nada adequadas e degradadas. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica de Póvoa de Sta. Iria - Norte	266	272	23	2,3	Refeitório pouco adequado e razoavelmente conservado. Computadores e computadores ligados à internet nada adequados e degradados. Espaços exteriores com sombras pouco adequados e razoavelmente conservados.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso O problema referido não constitui primeira prioridade.
Total do Agrupamento	2933	3542	20	20,8		

Quadro síntese 6 – Agrupamento de Escolas de Vialonga

AE6. Vialonga	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica de Vialonga	1308	1165	29	10,93	<p>Rede de internet desadequada e degradada (rede de cabos deficiente e limitada).</p> <p>Computadores desadequados.</p> <p>Salas, laboratórios e oficinas pouco adequados e degradados.</p> <p>Maioria das infraestruturas e equipamentos interiores considerados pouco adequados.</p> <p>Ausência de espaços interiores desportivos.</p> <p>Espaços exteriores, de recreio e desportivos, pouco adequados e degradados.</p>	<p>Negociar a instalação da rede e do equipamento informático que deveria ter correspondido ao PTE.</p> <p>Em negociação com o Ministério da Educação a realização das obras de requalificação.</p>
JI de Vialonga	80	75	19	-6,2	<p>Inexistência de computadores e internet.</p> <p>Computadores degradados.</p>	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica nº 1 de Vialonga (inclui Polo)	105	107	22	1,9	<p>Computadores degradados.</p> <p>Arranchará em 2017 uma intervenção de fundo nesta escola que permitirá encerrar o polo.</p>	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica nº 2 de Vialonga	228	253	28	11,0	Os problemas identificados na inquirição (material informático degradado, biblioteca pouco adequada, horário duplo) foram ultrapassados pela construção de raiz de um novo edifício inaugurado em 2016 (no mesmo ano abriu a valência de pré-escolar)	
Escola Básica nº 3 de Vialonga - Quinta das Índias	236	241	20	2,1		
Escola Básica de Alpriate	87	70	14	-19,5	<p>Computadores degradados.</p> <p>Biblioteca pouco adequada e degradada.</p> <p>Ausência de equipamento exterior desportivo.</p>	<p>Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal - em curso</p> <p>Melhorar a biblioteca.</p> <p>O problema referido não constitui primeira prioridade.</p>
Escola Básica nº 2 de Alpriate	34	24	12	-29,4	<p>Computadores degradados.</p> <p>Ausência de equipamento exterior desportivo.</p>	<p>Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal - em curso</p> <p>Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.</p>
Escola Básica do Cabo de Vialonga	254	257	32	1,2	<p>Computadores degradados.</p> <p>Escola requalificada em 2015, permitindo a eliminação dos horários duplos a partir de 2015/16. Colocação de mobiliário novo em 2016.</p>	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica de Santa Eulália	53	37	12	-30,2	<p>Computadores degradados.</p> <p>Ausência de equipamento exterior desportivo.</p> <p>Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.</p>	<p>Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso</p> <p>O problema referido não constitui primeira prioridade.</p>
Total do Agrupamento	2385	2229	25	-6,5		

Quadro síntese 7 – Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso

AE7. Bom Sucesso	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica do Bom Sucesso	766	670	35	-12,5	Pouco espaço para oferta de mais cursos CEF e vocacionais.	Necessidade de reconversão de espaços e alargar espaço de educação vocacional.
					Pouco espaço com sombras.	O problema referido não constitui primeira necessidade.
					Equipamento exterior desportivo pouco adequado.	Idem.
Jardim de Infância do Bom Sucesso	75	102	25	36,0	Pouco material TIC.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
Escola Básica de Arcena	168	134	17	-20,2	Pouco material TIC.	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
					Computadores pouco adequados e degradados.	Espaço exterior e interior intervencionado em 2015 e 2016. Colocação de novo mobiliário em 2016
				Mobiliário de exterior pouco adequado.		
Total do Agrupamento	1009	906	29	-10,2		

Quadro síntese 8 – Agrupamento de Escolas Alves Redol

AE8. Alves Redol	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Secundária Alves Redol	906	812	19	-10,4	Inadequação da cobertura (fibrocimento).	Aguardar altura de obras de fundo para remover.
					Mobiliário interior inadequado.	O problema referido não constitui primeira necessidade.
					Material informático inadequado.	Renovação do parque informático
Escola Básica Dr. Vasco Moniz	419	394	12	-6,0	Infraestruturas interiores desportivas inadequadas	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso nas valências de educação pré-escolar e 1º CEB
					Pouco material informático.	
					Rede internet.	
Jardim de Infância nº2 de Vila Franca de Xira	63	60	20	-4,8		
Jardim de Infância de Povos	50	42	14	-16,0		
Escola Básica Álvaro Guerra	339	186	23	-45,1	Inexistência de refeitório.	
					Inexistência de espaços desportivos.	
Escola Básica de Povos	154	83	21	-46,1	Espaço exterior desordenado e subaproveitado.	Espaço exterior intervencionado em 2016
Total do Agrupamento	1931	1577	17	-18,3		

Quadro síntese 9 - Agrupamento de Escolas Prof. Reynaldo dos Santos

AE9. Prof. Reynaldo dos Santos	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação do AE em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Básica e Secundária Prof. Reynaldo dos Santos	861	1090	35	26,6	Pouco mobiliário de exterior.	O problema referido não constitui prioridade.
					Falta de sombras.	Idem.
Escola Básica nº 1 do Bom Retiro	213	224	23	5,2		
Jardim de Infância do Bairro do Paraíso	12	17	17	29,4	Refeitório pouco adequado	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.
					Salas pouco adequadas.	
					Pouco material TIC	
Escola Básica nº 4 de Vila Franca de Xira	151	72	15	-52,3	Inadequação dos espaços e equipamentos desportivos de exterior.	
Escola Básica de Á-dos-Bispos	41	31	16	-24,4	Ausência de biblioteca (tem Bibliomanias)	Renovação do parque informático, através da criação de um fundo municipal – em curso
					Salas e refeitório nada adequados e degradados.	
					Computadores nada adequados e degradados.	
					Inexistência de espaços interiores desportivos.	
					Espaço de recreio nada adequado e degradado.	Avaliação em pormenor da rede de oferta, considerando planos que proporcionem aos alunos uma melhor qualidade educativa.
Total do Agrupamento	1278	1434	29	12,2		

Quadro síntese 10 - Escola Secundária Gago Coutinho

E10. Escola Secundária Gago Coutinho	Nº de alunos (2010/11)	Nº de alunos (2014/15)	Rácio de alunos por sala (2014/15)	Taxa de crescimento (2010/11 a 2014/15)	Estado de conservação e adequação das infraestruturas e dos equipamentos (conforme identificação da ES em 2014)	Intervenções a realizar (Edifícios, Equipamentos, Transferência de alunos, etc.)
Escola Secundária Gago Coutinho	1770	1374	36	-22,4	Espaços interiores pouco adequados, como todo o tipo de salas, laboratórios, oficinas, refeitório, bar e wcs. Salas de aulas e wcs degradadas.	A retoma das obras está prevista para 2018.
					Auditório nada adequado e degradado.	
					Espaços e equipamentos desportivos pouco adequados.	
					Insuficiência e inadequação dos equipamentos informáticos.	
					Insuficiência e inadequação dos equipamentos tecnológicos.	
					Ausência de sombras.	
Pouco mobiliário de exterior e inadequado.						

2. Análise SWOT

2.1 Pontos Fortes

Os **pontos fortes** referem-se a aspetos de natureza interna do concelho que operam num sentido positivo para os objetivos da Carta Educativa. São eles, no essencial, os que se elencam de seguida.

Articulação com outros instrumentos de planeamento

- A análise feita do número, capacidade e localização dos equipamentos escolares e da procura potencial no futuro permite concluir que não se torna necessária a revisão de qualquer outro instrumento de planeamento (Plano Diretor Municipal, Plano de Desenvolvimento Estratégico, Planos de Pormenor, etc.) nem, no sentido oposto, a Carta encontra nesses instrumentos qualquer limitação ao seu desenvolvimento.

População e Território

- Embora a evolução da população constitua, em geral, um ponto fraco, regista-se que o concelho de Vila Franca de Xira tem uma população menos envelhecida do que a sua envolvente (Grande Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa). Apesar da tendência ser de aproximação, esta situação pode ajudar a ganhar tempo para preparar ajustamentos que se verificarão em toda a Área Metropolitana de Lisboa (e no país), com impactos nas políticas e na gestão dos sistemas que afetarão Vila Franca de Xira um pouco mais tarde do que os concelhos vizinhos, o que lhe confere uma vantagem comparativa.
- Por outras palavras, o concelho é mais jovem do que a Área Metropolitana de Lisboa e do que a Grande Lisboa. Segundo os censos de 2011 – e embora tenhamos de ter cuidado nas conclusões a este respeito, porque depois desse ano se verificam mudanças radicais nos comportamentos demográficos, nomeadamente nas taxas de fecundidade e de natalidade – a população entre

os 3 e os 5 anos representava 3,5% do total da população (4.800 crianças); entre os 6 e os 9 anos eram 4,6% (6.300 crianças), entre os 10 e os 11 anos eram 2,3% (3.200 crianças), entre os 12 e os 14 anos eram 3,2% (4.300 crianças) e entre os 15 e os 18 anos eram 4,1% (5.500 crianças). As freguesias a sul, União de Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa e Freguesia de Vialonga, são claramente mais jovens.

Entre as vantagens trazidas por esta situação está a possibilidade de preparar com tempo a renovação e a utilização de recursos logísticos e humanos, nomeadamente docentes.

Qualificações da população

- Tem-se registado uma melhoria contínua dos níveis médios de escolaridade da população residente, o que, para além de constituir um bem muito importante em si mesmo, deve facilitar a aprendizagem das crianças, conhecido como é o efeito da escolaridade dos pais sobre o desempenho escolar das crianças.

Dados os défices de qualificação que, contudo, persistem quando comparamos o concelho com a região de Lisboa e, principalmente, com os padrões Europeus, não bastará qualificar as gerações jovens para criar um ambiente de aprendizagem avançado e recuperar o atraso, com todas as consequências que dele advêm. A aposta na Educação de Adultos, realizada à escala e na base de metodologias adequadas de educação de adultos e de certificação das competências possuídas e adquiridas nos mais variados contextos, torna-se assim numa política estratégica para o desenvolvimento e a qualidade da democracia no concelho e para a qualificação da força de trabalho.

Rede Escolar e Acessibilidades

- Se falarmos apenas de crianças e jovens, no concelho existem 56 estabelecimentos de ensino públicos e 31 privados. Entre estes últimos todos

oferecem o pré-escolar,² 3 o 1º CEB e apenas 1 oferece também o 2º e o 3º ciclo). De entre os estabelecimentos públicos, 25 oferecem o pré-escolar, 34 o 1º CEB³, 10 o 2º e 3º ciclo e 6 o ensino secundário. A esta rede há ainda que acrescentar o Centro de Formação Profissional de Alverca, que promove o ensino secundário e o Conservatório Regional Silva Marques.

- A esmagadora maioria dos equipamentos está localizada nas zonas mais populosas do concelho, de forma que assegura uma distribuição territorial equilibrada em todos os níveis de escolaridade, tanto mais que as acessibilidades, proporcionadas pelas redes de transportes públicos ou por transportes fornecidos pela autarquia, ou ainda das próprias instituições no caso de muitos estabelecimentos privados, são satisfatórias.
- Existem ainda no concelho 3 Centros de Acolhimento geridos por IPSS, três deles para crianças dos 0 aos 12 anos (30 rapazes e 15 raparigas em Vila Franca de Xira, 20 em Vialonga e 15 em Alverca, a maioria destes só até aos 6 anos) e um para jovens dos 13 aos 18 anos. Embora a lei determine acolhimento por períodos não superiores a 6 meses, muitas destas crianças e jovens acabam por prolongar a estadia durante anos, dada a incapacidade para se encontrarem alternativas. Quando as crianças têm de se matricular e frequentar escolas regulares públicas, nem sempre é fácil a integração.

Número de alunos

- É difícil arrumar, numa matriz SWOT o que está a acontecer com o número de alunos. Ele está a descer desde que atingiu um máximo de 26.200,⁴ em 2009/10 (em 2006/2007 eram 20.500), tendo caído para 23.273 em 2014/2015. Será isso uma coisa boa ou má? Optámos por a considerar boa, na medida em que,

² Todos oferecem igualmente a valência de creche, para crianças dos 0 aos 2 anos. Embora esse segmento não seja objeto da Carta Educativa, isso acontece mais por razões de tutela institucional (a rede é da responsabilidade da Ação Social) do que da importância educativa das respostas para estas idades, cruciais no crescimento e desenvolvimento infantil.

³ Em 2017 são 26 os estabelecimentos de educação a oferecer o pré-escolar e 35 a oferecer o 1º CEB.

⁴ O total de residentes entre os 3 e os 18 anos era, em 2011 (INE, Recenseamento Geral), 24.300.

teoricamente, menos alunos permitem um melhor trabalho de educação, embora as projeções futuras dessa descida tivessem sido classificadas como uma fraqueza, dado resultarem de dinâmicas demográficas depressivas. Cerca de 83% frequentam escolas públicas e os 17% das entidades privadas concentram-se no pré-escolar.

Recursos humanos

- O concelho possui um corpo docente qualificado e um rácio professores/alunos que, embora diferenciado de Agrupamento para Agrupamento, é suficientemente baixo para permitir um trabalho em profundidade. Nos rácios que a seguir se apresentam não entram os Grupos de Docência da Educação Especial. Eles são maiores no pré-escolar e no 1º CEB, descendo à medida que se multiplica o número de disciplinas do currículo. Os Agrupamentos de Escolas do Forte da Casa e de Vialonga e a Escola Secundária Gago Coutinho apresentam um rácio de 1/10; os Agrupamentos de Escolas do Bom Sucesso, Alves Redol e Prof. Reynaldo dos Santos apresentam um rácio 1/11; os Agrupamentos de Escolas de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes e D. António de Ataíde apresentam um rácio de 1/12; o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santa Iria apresenta um rácio de 1/13 e o Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães 1/15.

O decréscimo do número de alunos pode vir a colocar em causa postos de trabalho de docência. Essa diminuição será em parte compensada pela saída de docentes para a reforma, que será porém, a manterem-se as regras atuais, mais lenta do que a descida das necessidades docentes tradicionais. O recurso a docentes na educação de adultos e no desenvolvimento de projetos educativos transversais aos diversos Agrupamentos deverão ser capazes de absorver o pessoal docente, de preferência o mais experiente, de modo a que entrem nas escolas professores jovens que assegurem qualidade no futuro, através da aquisição de experiência.

- O número de Auxiliares de Ação Educativa e de Administrativos, bem como de outros profissionais (mediadores, animadores e outros cuja presença nas escolas é geralmente de grande utilidade) tem-se mantido estável. Se as cada vez mais frequentes situações de ausência prolongada por doença ou saídas por reforma ou mobilidade não têm sido compensadas com novas entradas de pessoal – com utilização frequente de pessoal em situação laboral precária – também ao nível dos profissionais qualificados não-docentes se regista enorme necessidade de reforço.

Num cenário de reforço da autonomia das escolas que se estenda à contratação de docentes e outro pessoal, é fortemente recomendável o reforço do quadro de técnicos superiores não docentes, nomeadamente animadores e mediadores, cuja utilidade tem sido inequívoca, por exemplo, nas Escolas TEIP. A diversificação de competências residentes nos quadros de pessoal das escolas tende a ser uma necessidade resultante do alargamento das responsabilidades atribuídas à escola.

Contexto económico

- Apesar da perda de empregos localizados no concelho e da periferização da sua especialização económica, subsiste uma parte do tecido empresarial do passado, assente em indústrias transformadoras de elevado teor tecnológico, disponível para trabalhar com as escolas.

Segurança e Ação Social Escolar

- Os casos de violência relatados pelas forças de segurança são muito poucos e na generalidade dos casos pouco graves. Existe, pois, um ambiente de controlo dos conflitos que não pode deixar de ser considerado um fator muito favorável ao sucesso do trabalho das escolas e dos outros agentes educativos.
- O número de crianças que beneficiam da ação social escolar é muito significativo. Neste sentido, e admitindo que o número não aumenta, tem sido também um aspeto relevante a capacidade de resposta complementar do

Município através da oferta de manuais escolares e blocos pedagógicos a alunos do 1º CEB, da oferta de suplementos alimentares a alunos de escalão A e da isenção de pagamento das crianças mais desfavorecidas das Atividades de Animação e Apoio à Família.

Sabendo-se como a ação social escolar pode ser determinante para o sucesso da escola e dos alunos, os níveis deverão manter-se ou até ser reforçados para atender a casos de maior gravidade originados pela crise.

2.2. Fraquezas

As “fraquezas”, numa matriz SWOT, respeitam a dinâmicas e processos determinados por forças e realidades internas do concelho que afetam negativamente o sistema educativo concelhio, como os que se referem de seguida.

População e Território

- As projeções demográficas apontam para um decréscimo de alunos no futuro próximo. As projeções realizadas tendo por base os nados-vivos nos últimos anos apontam para, na melhor das hipóteses, um fluxo de entradas nos diferentes ciclos e níveis de ensino em 2019/2020 idêntico ao que se verificava em 2010/2011. Esse cenário é porém pouco provável e, segundo outros dois cenários, verificar-se-á um decréscimo entre 100 e 130 crianças. Se as projeções forem baseadas nas inscrições nos diferentes Agrupamentos, o saldo negativo aumenta para menos 744 alunos no mesmo período, distribuídos por menos 954 no 1º ciclo, menos 19 no 2º ciclo, mais 691 alunos no 3º ciclo do ensino básico (há uma geração da fase de crescimento populacional do concelho que vai atravessando, sem continuidade nas gerações mais jovens, o período das projeções) e menos 462 alunos no ensino secundário. O muito ligeiro crescimento do número de jovens entre os 0 e os 14 anos a partir de 2008 até 2011 representa um grupo que terá saído do sistema educativo concelhio, por volta de 2015/16, sendo que o segmento dos mais novos, dos 0 aos 4 anos de idade, decresceu no mesmo período e continuará a decrescer.

Não se pode, apenas com políticas educativas, combater esta tendência, mas este fenómeno abre uma “janela de oportunidade” para manter em ação o sistema com os recursos atualmente usados, combatendo o abandono escolar precoce, isto é, trabalhando para aumentar o número de alunos no ensino secundário e assegurar que pelo menos 95% dos jovens frequentam esse nível de ensino e 90% o concluem.

O impacto da redução da procura no número de docentes pode ser reduzido através da criação de equipas de docentes oriundos de diversos Agrupamentos com a tarefa de desenvolver projetos de nível concelhio orientados para a melhoria de diversos segmentos desse sistema. Seria um erro esperar que o ajustamento se faça ou pela reforma dos docentes sem renovação dos quadros, ou pelo despedimento de docentes com vínculos precários. O preço a pagar pela solução de continuidade geracional no corpo docente seria incomportavelmente alto no futuro (a determinada altura deixariam de existir no sistema docentes com experiência), pelo que as soluções apontadas no presente documento permitiriam contornar esse perigo e enriquecer a capacidade e a qualidade do sistema a nível concelhio.

- A manterem-se as tendências dos anos mais recentes no que se refere à procura nos Agrupamentos, as diferenças entre estes são muito marcadas

As diferenças internas em cada Agrupamento e entre Agrupamentos aconselham cuidado na utilização da informação, dado que as projeções podem estar a ser afetadas por comportamentos mais ou menos acidentais. Pode porém dizer-se, em geral, que esta informação permite perceber que, como decorre de outras variáveis, os Agrupamentos de Escolas do Sul do concelho serão menos afetados pela redução da procura, em média, do que os do norte. A coordenação entre Agrupamentos para estruturar a oferta educativa de forma articulada e potenciando as condições existentes será importante para ajudar a superar quer excessos de procura nalgumas escolas, quer a escassez ainda mais forte noutras. Mas é preciso não esquecer que a principal razão da existência dos Agrupamentos é permitir à instituição escolar conhecer cada aluno e o seu percurso desde o início, pelo que a transferência de alunos a meio do percurso não é geralmente uma solução aconselhável, sendo preferível uma atuação atempada ainda no 1º ciclo, tendo em conta as tendências verificadas.

Porém, isso não basta. A oferta de cursos profissionais nas escolas públicas teve um resultado que poucos esperavam precisamente devido à valorização dessa opção por parte de alunos que partilham os mesmos espaços e relações no quadro do Agrupamento de Escolas. Por isso, o planeamento anual e a mobilização para a solução de problemas que serão passageiros mas que poderão ocorrer, tornar-se-á determinante.

Mesmo os Agrupamentos de Escolas do sul deverão ter atenção a uma concorrência acrescida por parte de escolas de outros concelhos, com acesso fácil ou perto do local de trabalho dos pais, as quais também se verão confrontadas com uma menor procura, aumentando assim a competição pelos alunos.

- A população residente conheceu um crescimento nas duas décadas entre 1991 e 2011, prolongando uma dinâmica com cerca de um século. Porém, verificou-se um forte abrandamento entre 2001 e 2011, que marcou de forma diversa as diferentes freguesias. Assim, para a maioria o crescimento foi praticamente nulo, verificando-se um decréscimo populacional na Freguesia de Vila Franca de Xira e um crescimento na Freguesia de Vialonga. Desde 2008 que se verifica uma queda acentuada da taxa de crescimento natural efetivo, que se situa já perto de zero (sendo o envelhecimento no topo, e não o rejuvenescimento da base, o fator que evita uma queda abrupta). Na verdade, a taxa de fecundidade está em decréscimo acentuado desde 2010 e o número de nados-vivos cresceu entre 1995 e 2001, ano a partir do qual estabilizou até 2010, quando se começa a verificar uma queda dramática (-15%) até 2014. A taxa de natalidade situa-se num patamar extremamente baixo: 9 ‰. O crescimento migratório também estagnou. Os estrangeiros residentes no concelho representam cerca de 4,5% da população total, o que compara com 7,8% no distrito de Lisboa.
- A existência de um elevado número de alunos apoiados pela Ação Social Escolar (ASE) revela uma fragilidade social e económica em que vivem muitas famílias do concelho.

Não será necessário construir novas escolas, mas será fundamental manter ou reforçar os apoios às famílias carenciadas, quer através da ASE, quer através de medidas desenvolvidas pelo Município, pelas escolas, entre outros atores.

Rede Escolar

- As escolas de 1º ciclo (muitas também com Jardim de infância) das áreas mais interiores do concelho ou afastadas dos maiores centros urbanos estão em perda. Por um lado, são, tendencialmente, as que oferecem menos recursos educativos, como bibliotecas, bons refeitórios, espaços desportivos devidamente equipados, equipamento informático, obrigadas a constituir turmas reunindo dois anos de escolaridade, etc.. Estão nesta situação escolas como as de Cotovios, Á-dos-Loucos, Vala do Carregado, Santa Eulália, Alpriate, Alpriate nº 2, Á-dos-Bispos, Bairro do Paraíso e Jardim de Infância da Calhandriz.

Para salvaguardar a qualidade das aprendizagens e os direitos dos alunos, deve começar desde já a ser preparado (nomeadamente em termos de colocação futura e de transportes escolares) o encerramento de alguns JI e EB1, com a transferência dos alunos para estabelecimentos devidamente equipados, ou juntando os alunos de vários estabelecimentos em condições semelhantes. Nalguns casos isso obrigará à construção de novos blocos em escolas já existentes, mas noutros casos estas estarão em condições de acolher as crianças e de as acomodar sem sobrelotação.

- Outras escolas carecem de intervenções para além das pequenas reparações e melhorias do dia-a-dia. Estão neste caso a escola-sede do Agrupamento de Vialonga (sobrelotada e com graves problemas de infiltrações e climatização). Este Agrupamento não foi incluído no Plano Tecnológico, porque se previa a intervenção de fundo da Parque Escolar, pelo que agora estão ambas as intervenções por realizar. A Escola Secundária Gago Coutinho, viu as obras da Parque Escolar subitamente interrompidas ainda no início, estando no atual momento à espera da retoma das obras, previsivelmente em 2018. A Escola Básica Aristides de Sousa Mendes carece de obras de conservação significativas. A escola-sede do Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde carece de pintura e de reparação de infiltrações. A Escola Secundária do Forte da Casa deveria ter sido intervencionada pela Parque Escolar, o que só não aconteceu por interrupção do programa de modernização das escolas públicas em Portugal. Assim, a intervenção prevista deve manter-se em agenda. A Escola Básica do Bom Sucesso precisa de reconversão de espaços – em função da perda de alunos que se prevê – para alargar a oferta de vocacionais e

profissionais. A Escola Secundária Alves Redol, entre algumas outras, tem cobertura em fibrocimento. Existem ainda algumas escolas do 1º CEB da rede pública a carecer de intervenções profundas, quer por razões de conservação, quer de funcionamento (nomeadamente com vista a por termo ao regime de horários duplos na EB nº 2 de Alhandra).

- A quase totalidade dos Agrupamentos refere a necessidade de intervenção ao nível do equipamento informático e das ligações às redes wireless, bem como, em vários casos, problemas com a qualidade (ou a ausência) de equipamentos e espaços para desporto, convívio, recreio externo, refeitórios, laboratórios, salas de informática, auditórios, etc.
- A Escola Básica nº 2 de Alhandra continua a funcionar num regime de horário duplo.

A atuação neste domínio implica três frentes de negociação com o Ministério da Educação e com outros ministérios:

1. A retoma de obras e de planos de renovação do parque escolar nas escolas com maiores necessidades de intervenção
2. A avaliação do estado e capacidade do equipamento laboratorial, desportivo, refeitórios e espaços exteriores, auditórios, espaços exteriores com sombras e, principalmente, do parque informático, com vista a evitar a obsolescência e modernizar/atualizar os equipamentos. A partir desse levantamento deverá ser elaborada uma proposta de parceria entre o Município e o Ministério da Educação para uma intervenção progressiva em função de prioridades definidas a partir do estado de degradação dos equipamentos ou da sua necessidade para os projetos educativos dos Agrupamentos. Pode ainda constituir-se um Fundo Concelhio, com verbas oriundas do Ministério da Educação e de Patrocinadores/Patronos das escolas, para atender a estas necessidades. Nota: a modernização dos equipamentos informáticos na educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico está a decorrer com investimento realizado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
3. Erradicar as escolas com horário duplo. Em 2015/16 passaram a ter horário normal a Escola Básica do Cabo de Vialonga, a Escola Básica Professor Romeu Gil e a Escola Básica do Sobralinho. Em 2016/17

ocorreu o fim do horário duplo na Escola Básica nº2 de Vialonga.
Persistem os horários duplos na Escola Básica nº 2 de Alhandra.

Alunos e percursos escolares

- As taxas de escolarização revelam níveis de retenção escolar elevados. A taxa real de pré-escolarização aumentou de 72,8% em 2006/07 para 85,3% em 2014/15. As taxas brutas de pré-escolarização passaram de 73,3% para 86,4%. Nos mesmos anos, as taxas brutas de escolarização evoluíram de 102,9% para 97,6% no ensino básico e de 86,1% para 114,7% no secundário. O cumprimento da escolaridade obrigatória está, praticamente assegurado. Estas taxas revelam, no entanto, que uma parte importante de alunos, no ensino básico e secundário, tem idades superiores às normais, devido a retenções no seu percurso.
- As taxas de retenção são, de facto, demasiado elevadas, com todos os custos para a qualidade das aprendizagens, para os trajetos escolares dos alunos e para o próprio sistema. Entre 2006/07 e 2014/15, contudo, estes valores desceram ligeiramente, à exceção do 3º CEB. O 1º CEB ronda os 3% de retenção, cerca de 8% no 2º CEB, 16% no 3º CEB e 20% no ensino secundário.
- Consequentemente, as taxas de transição melhoraram ligeiramente. Em 2006/2007 elas eram de 96% no 1º CEB, 89% no 2º CEB, 80,9% no 3º CEB (89,9% no total do ensino básico) e 76,6% no ensino secundário. Passaram em 2014/2015 para 95,1% no 1º CEB, 90% no 2º CEB, 83,2% no 3º CEB e 81% no ensino secundário.
- Numa perspetiva mais alargada, tendo agora como base os dados dos Recenseamentos, as taxas de Abandono Escolar⁵ até ao 10º ano diminuíram drasticamente como se pode ver de seguida:

⁵ Não existem dados para o nível do concelho quanto ao abandono escolar precoce.

Quadro - Taxas de abandono escolar por freguesia, de 1991 a 2011

	1991	2001	2011
Portugal	12,6	2,79	1,58
Lisboa	5,17	1,89	1,68
Vila Franca de Xira	4,8	1,74	1,54
Alhandra	2,81	2,39	2,92
Alverca do Ribatejo	3,11	0,84	1,38
Cachoeiras	11,32	0	0
Calhandriz	3,13	2,08	8,7
Castanheira do Ribatejo	7,76	3,46	2,14
Póvoa de Sta Iria	4,41	0,74	1,29
São João dos Montes	6,73	3,97	1,68
Vialonga	5,9	1,94	1,58
Vila Franca de Xira	7,12	2,98	1,5
Sobralinho	5,62	1,58	1,48
Forte da Casa	2,68	1,92	1,14

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Existem condições no concelho para assegurar uma cobertura de 100% das crianças no pré-escolar (3 aos 5 anos), objetivo que deverá ser alcançado até 2019/2020. Esse objetivo implica a cooperação entre a rede pública, a rede solidária e a rede privada. O “mix” a desenvolver deverá ser encontrado de forma negociada, tendo em conta, por ordem de prioridades, o interesse das crianças e das famílias, o esgotamento da oferta pública e a manutenção de equilíbrios – relativos à sustentabilidade e ao emprego – da oferta solidária.

O combate à retenção e ao abandono escolar deve ser uma prioridade absoluta. Compete aos Agrupamentos e às Escolas tomar as medidas necessárias (por exemplo, a sinalização precoce dos alunos com dificuldades e a oferta a esses alunos de um reforço educativo na escola que permita uma real igualdade de oportunidades entre todos os alunos, tendo em conta os serviços adquiridos por famílias com maiores rendimentos no mercado; a entrega das turmas com maior peso de alunos com dificuldades a professores mais experientes; a promoção da educação de adultos e o reforço da relação com as famílias, implicando-as em atividades com os alunos) de modo que, até 2019/2020, os valores atuais de

retenção sejam reduzidos para metade. Os parceiros educativos, incluindo a Câmara Municipal, podem também ser implicados através da implementação de um conjunto de medidas estratégicas.

- Existiam no concelho, segundo o recenseamento de 2011, cerca de 1.000 crianças entre os 5 e os 19 anos que apresentavam uma ou mais dificuldades permanentes associadas a uma deficiência. Se existem no concelho, segundo os mesmos dados, 24.226 crianças entre os 3 e os 19 anos,⁶ a prevalência é de cerca de 4,7%. Por seu turno, o número de alunos sinalizados nos Agrupamentos de Escolas para a Educação Especial era de 5,1% (874 alunos) em 2013/2014, depois de ter sido apenas 3,5% (623) em 2010/2011. O crescimento de alunos foi, neste curto espaço de tempo, de 40,2%.
- O número de docentes da Educação Especial diminuiu, entre 2010/2011 e 2013/2014 de 65 para 60 no concelho. A sua distribuição é, porém, muito desigual. Assim, neste último ano, o rácio alunos sinalizados com NEE / docentes era de 7,8 no Bom Sucesso, 8,3 na Reynaldo dos Santos, 10,9 no Forte da Casa, 14,9 em Alhandra, Sobralinho e São João dos Montes, 15,3 em Vialonga, 15,4 na Póvoa de Santa Iria, 15,7 na Pedro Jacques de Magalhães, 16,5 na D. António de Ataíde, 45 na Gago Coutinho e 48 na Alves Redol.
- A articulação com as entidades que poderiam servir de Centros de Recursos nem sempre se efetua da forma mais apropriada, a avaliar pelo facto de em algumas das instituições que poderiam desempenhar esse papel ainda existirem escolas especializadas ou “não inclusivas”.

Maior rigor na sinalização, mais formação de professores, melhores condições nas escolas, melhorar a distribuição dos recursos docentes e promover medidas de sucesso escolar para os alunos cujas necessidades especiais de aprendizagem resultam de fatores socioeconómicos e não da deficiência.

De forma negociada, evoluir para o modelo dos centros de recursos ao invés das escolas não inclusivas.

⁶ Valor ajustado tendo em conta a diferença de incidência no intervalo de idades

Oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular

- O enriquecimento do currículo é essencial para uma educação abrangente e de qualidade. O acesso a recursos que permita essa educação abrangente era, no passado, um dos principais fatores de diferenciação social nas escolas: as crianças de famílias com recursos elevados frequentavam, em escolas privadas ou noutros serviços, diversas atividades que completavam as aprendizagens complementares em relação ao currículo, ao passo que os filhos das famílias das classes médias e populares não podiam aceder a serviços semelhantes. Essa foi uma das razões pelas quais se criaram as chamadas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). No concelho elas nunca conseguiram a adesão que se verificou na maior parte do país (talvez porque as IPSS têm uma presença forte no concelho e muitas famílias preferiram manter nelas as suas crianças, o que representou sempre uma vantagem local) e, depois de 2011/12, com o novo ciclo político, os números ainda caíram mais.

Retomar os níveis de frequência das Atividades de Enriquecimento Curricular, reivindicando junto da tutela os apoios que foram disponibilizados no passado e atingir patamares de frequência elevados.

Articulação e Coordenação

- Pode ser afirmado, com base nas entrevistas realizadas, que uma das fragilidades do sistema de educação no concelho talvez sejam as dificuldades de diversa ordem que se colocam à coordenação da oferta a nível concelhio, à cooperação entre agentes educativos, à cooperação destes com a comunidade educativa.

Criar um mecanismo de coordenação da oferta educativa e de partilha de recursos no âmbito da Rede Concelhia para a Qualificação

2.3. Oportunidades

Na literatura sobre metodologias de planeamento e avaliação o conteúdo do quadrante das “oportunidades” numa matriz swot corresponde ao conjunto de fatores externos em relação ao contexto em análise e que os agentes atuantes nesse contexto podem aproveitar em seu benefício e em benefício do desenvolvimento do sistema local em que se movem. Elencam-se de seguida as principais oportunidades que se apresentam, no seu exterior, ao sistema de educação no concelho de Vila Franca de Xira.

Oferta Educativa

- Vimos como nos últimos anos a escolarização ao nível do secundário cresceu impulsionada pelos cursos profissionais. É de facto importante a lista de cursos profissionais que têm sido oferecidos nas escolas secundárias do concelho. Vários Agrupamentos oferecem este tipo de cursos, principalmente na área das novas tecnologias, constituindo em muitos casos marcas distintivas das escolas. A listagem dos cursos oferecidos é sempre provisória, dado que a oferta faz parte de planos anuais que sofrem ajustamentos, pese embora se verifique uma tendência forte, resultante da necessidade de reunir recursos (monitores das áreas de prática simulada, professores, instalações e equipamentos para as aulas práticas, empresas para estágios, etc.) para replicar os mesmos cursos em anos consecutivos.
- É ainda de referir a existência de oferta do ensino da música em amplo crescimento, como são exemplo o Conservatório Regional Silva Marques (ensino da música e da dança), que viu o número de estudantes crescer de 129 em 2006/2007 para 427 em 2013/2014, ou o Agrupamento de Escolas de Vialonga, com a sua Orquestra Geração e o seu emblemático projeto de ensino da música.

Existe espaço para a diversificação da oferta de cursos profissionais, nomeadamente em áreas dos ofícios tradicionais – com a devida atualização tecnológica – consideradas deficitárias e de grande empregabilidade pelas empresas. Estas referem, de resto, estar disponíveis para apoiar a organização desses cursos. Acontece que, em boa parte, a oferta de cursos profissionais

segue mais a lógica de comando dos recursos – nomeadamente docentes e mestres – já existentes nas escolas, do que a lógica da procura no mercado. O desenvolvimento da oferta profissional, a melhor via para simultaneamente permitir aos jovens a possibilidade de completar o ensino secundário de forma útil para eles e para a qualificação dos recursos humanos disponíveis para o emprego, passa por medidas como:

- O equipamento das escolas com oficinas, laboratórios e outros recursos materiais para a atualização da formação;
 - A coordenação entre o sistema escolar e o sistema de formação de modo a partilhar recursos (cada um oferecendo ao outro o que tem de melhor, a componente teórica de um lado e a componente técnico-prática do outro lado) e a evitar redundâncias na oferta;
 - Qualificar os recursos docentes, nomeadamente com recurso a mestres disponibilizados pelas empresas;
 - Mobilizar as empresas para o fornecimento de estágios com qualidade;
 - Promover o conhecimento do mundo do trabalho e o sistema de ofertas de qualificação por parte dos jovens e das famílias, criando um grupo de docentes disponibilizado pelos diversos Agrupamentos para o desenvolvimento do projeto “conhecer as profissões” no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.
-
- A pressão internacional para o combate ao abandono e retenção escolar, para o desenvolvimento da educação vocacional e para a Aprendizagem ao Longo da Vida constitui uma janela de oportunidade importante que não pode ser desconsiderada.
 - Verifica-se a existência de um discurso que se torna maioritário na opinião pública de que o sistema de educação poderia funcionar melhor com maior autonomia das escolas. A isso corresponde uma tendência para uma crescente autonomia efetiva das escolas (pese embora a descoincidência entre o discurso e as práticas verificada nos últimos anos) e para uma presença mais significativa das autarquias no sistema de educação.

A Carta Educativa deve aproveitar desse ambiente e dos fundos estruturais para reforçar as condições de endogeneização dos recursos e dos centros de

decisão, através de uma partilha de responsabilidades equilibrada entre o Ministério, as Escolas e as Autarquias, no âmbito da Rede Concelhia para a Qualificação.

Instrumentos e processos de Planeamento Concelhios

Existem outros instrumentos de planeamento municipal, para além da Carta Educativa, que com esta estabelecem interações positivas com grande potencial, como sejam:

- Plano de Desenvolvimento Social, que comporta uma intervenção de relevo na área do combate ao insucesso escolar;
- Plano de Ação para a Regeneração Urbana do Concelho, que prevê a articulação entre as empresas e as escolas e a promoção do empreendedorismo;
- Plano de Mobilidade e Transportes, no qual se inscreve a acessibilidade aos equipamentos escolares e outros recursos educativos.

O Sistema Educativo deve constituir-se como agente ativo no processo de planeamento com sede noutros setores, contribuindo para a sua qualidade e beneficiando dos resultados decorrentes das intervenções nesses outros setores.

2.4. Ameaças

Consideram-se ameaças os fatores que, sendo determinados pelo exterior (pelo menos na maior parte), afetam o contexto concelhio. Destacam-se as referidas abaixo.

No padrão de especialização económica

- A retração industrial ocorrida nas últimas décadas e a “periferização” da economia concelhia, passando a predominar as funções logísticas e a função dormitório, conduzem a uma menor participação dos residentes na vida da sua

comunidade e a um empobrecimento do tecido produtivo. Aumentaram extraordinariamente os fluxos pendulares para o exterior. 27,7% da população total (mais de metade da população ativa) sai diariamente do concelho para ir trabalhar e 4,5% para ir estudar. Os residentes entre 15 e 65 anos são 84.862. Saem para ir trabalhar 42.020. Nos 42.842 que ficam no concelho incluem-se os estudantes, as pessoas incapacitadas para o trabalho, as pessoas que exercem tarefas no lar e não se apresentam no mercado de trabalho e ainda os desempregados.

- As atividades que predominam hoje no concelho (não contando com o autoemprego nem com os empregos na administração pública), que já foi industrial, são o comércio por grosso e a retalho, a reparações de veículos automóveis e motociclos (5.409); as atividades administrativas e dos serviços de apoio (5.219), as indústrias transformadoras (reduzidas a 4.975 postos de trabalho existentes no concelho), o transporte e armazenagem (2.411), as atividades de saúde humana e apoio social (2088) e a construção (1.217). Os sectores que crescem (comércio, armazenagem) são muito menos qualificados do que aqueles que estão em queda, nomeadamente a indústria transformadora.

A educação não resolve os problemas da atração de investimento e criação de emprego. Mas pode dar três contributos: promover a articulação entre a pesquisa científica e a inovação empresarial; melhorar a articulação entre as empresas e as escolas, de modo a que estas qualifiquem melhor para empresas mais exigentes (o ensino secundário é o mínimo exigido nas áreas mais interessantes de atividade, como a indústria transformadora ou os serviços qualificados), procurando que a disponibilidade de trabalho qualificado atraia investimento; enquanto as empresas podem, de diversas formas (apoio técnico, estágios, visitas de estudo, etc.) ajudar as escolas nos seus esforços.

- Embora seja mais baixo no concelho do que na Área Metropolitana de Lisboa, o desemprego atinge níveis muito elevados, com o crescimento verificado entre 2011 e 2013. Tal como no país, o desemprego juvenil é o dobro do que se verifica para a restante população. Isto representa uma dupla ameaça: cria falsas ideias sobre o valor da escolarização e o modo como ela protege os jovens do desemprego; cria instabilidade, ansiedade e, em muito casos, situações de verdadeira calamidade social, com a conseqüente repercussão muito negativa no comportamento escolar das crianças e jovens.

Na área da oferta educativa

- O mercado de trabalho exige cada vez mais a posse das chamadas competências transversais.

Promover o ensino profissional (incluindo os estágios) e promover projetos e iniciativas não curriculares que desenvolvam essas competências, como a capacidade de trabalhar em equipa, de comunicar, gerir conflitos, disciplina, espírito de iniciativa, inovação e criatividade e, principalmente “pensamento crítico”. Todas estas matérias são passíveis de ser trabalhadas nas disciplinas que compõem o currículo a todos os níveis e em todos os segmentos da educação. Mas será necessário reforçar a preparação de uma parte dos docentes para fazerem essa articulação. Assim, a formação de docentes para a promoção de competências transversais como mecanismo de ensino-aprendizagem dos conteúdos disciplinares apresenta-se como prioritária.

- No domínio da Educação de Adultos, que permitiu num passado recente frequentarem cursos EFA e processos de RVCC (sem contar com as Formações Modulares Certificadas), cerca de 5.000 pessoas/ano. Neste esforço envolveram-se as escolas e o IEFP/CFP de Alverca. Porém, a política foi descontinuada e ainda não recuperou, por falta de disponibilização de recursos pelo Ministério da Educação. É certo que o IEFP continua a oferecer uma grande panóplia de cursos de formação profissional, incluindo a formação para desempregados, parte dela obrigatória. Mas esta última não confere dupla certificação.

O concelho deve reivindicar junto do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho os meios suficientes para repor os dispositivos desmantelados desde 2011, com vista a retomar os níveis de formação já atingidos. Isso é essencial para a valorização das pessoas, a qualificação do mercado de trabalho, a qualidade da participação cívica e o desempenho das crianças na escola. Trata-se de um instrumento essencial para tornar o concelho num espaço de aprendizagem ao longo da vida de referência.

Na área das políticas educativas

- Prosseguiu nos últimos anos, ou reforçou-se até, uma lógica centralista de gestão do sistema educativo, comandada por um objetivo de restrição orçamental, com graves implicações na oferta educativa, que deixou de ser determinada pelas escolas e pela discussão com estruturas locais do Ministério, para passar a ser determinada a nível central.
- Outro exemplo das implicações negativas do mesmo objetivo foi a retirada às escolas de recursos, como a educação cívica, o par pedagógico nas artes visuais, o fim dos planos de ação para o português e a matemática, a desmobilização das Atividades de Enriquecimento Curricular, o fim da intervenção nos edifícios e do Plano Tecnológico, entre um conjunto de outras limitações impostas às escolas no que toca à abrangência, profundidade e qualidade da sua atividade.
- O termo do afluxo de novos residentes para o concelho constitui um fator com forte potencial de impacto na redução do número de crianças.

Neste quadro, dever-se-ão reforçar todos os mecanismos de acompanhamento e os automatismos de resposta no sentido de aproveitar qualquer mudança para promover uma aproximação aos objetivos.

3. Objetivos e Propostas de Ação

3.1. Orientações e Opções Estratégicas

A Carta Educativa é um instrumento de planeamento de responsabilidade Municipal que se articula nos mais diversos domínios com as políticas de educação e formação e com as suas orientações. Ora, estas não são uma constante. Caso fossem, bastaria ao Município transferir para a escala concelhia as orientações políticas nacionais. Pretende o Município de Vila Franca de Xira que a Carta Educativa vá muito para além dos problemas da localização dos equipamentos e da conciliação entre a oferta e a procura.

Esta é uma matéria controversa que obriga a Carta Educativa a fazer a sua escolha, pelo menos, em dois domínios:

- O que se quer da escola e do sistema educativo, isto é, qual a missão que se lhe atribui?
- Qual o lugar dos municípios no sistema educativo e qual o alcance possível da sua intervenção?

Não se pretende aqui aprofundar qualquer dos temas, mas apenas marcar balizas e definir uma posição do Município de Vila Franca de Xira em cada um dos domínios, de forma necessariamente sintética.

Os debates mais recentes sobre a missão da escola acolhem posições muito extremadas. De um lado reclama-se a “reinvenção da escola”, baseada em aprendizagens transdisciplinares e compreensivas, pedagogias individualizadas e baseadas na experiência de cada aluno, currículos flexíveis e abertos quanto aos saberes a valorizar (cognitivos, relacionais ou operativos), e quanto aos percursos de aprendizagem.

No polo oposto insiste-se no “*back to basics*”, no ensino por conteúdos aferido por testes e exames a todos os níveis, com ênfase nos chamados saberes de base (língua materna, matemática e algumas ciências). As pedagogias são verticais – o professor ensina, aos alunos compete preparar-se para os exames, com o suporte das famílias e dos gastos com “explicadores”. As assimetrias e as hierarquias escolares são reforçadas por todas as vias práticas e simbólicas, mas mal ocultadas quanto à sua função real: a reprodução das hierarquias sociais que a escola interpreta e segrega. A criação de vias dualizadas desde muito cedo nos percursos escolares é, nesta lógica, sinal disso.

Ora, a primeira das “soluções” não parece constituir, sequer, uma utopia. É antes um irrealismo, que esquece o modo como as instituições e a sua história condicionam as possibilidades de fazer escolhas (*path dependency*). A preparação do pessoal docente e a aceitação do modelo pelas famílias e pelo mercado seria muito provavelmente impossível a não ser a muito longo prazo. A segunda recria desigualdades, desperdiça recursos – desde logo com a retenção, mas também com a escassez futura de qualificações no mercado –, está desfasada em relação às práticas de todos os parceiros internacionais e descredibiliza o sistema ao adotar pedagogias “facilitistas”

orientadas para o ensino de conteúdos e para os exames, em vez das mais difíceis, orientadas para a aprendizagem com qualidade por parte de todos os alunos.

Há um meio caminho entre a escola do passado e a escola impossível. Esse meio caminho não passa por acabar com a escola, mas prepará-la para o desempenho com qualidade de uma missão que é universal. A isso chamaremos “sucesso escolar”.

Segundo esta perspetiva deve levar-se a sério o adjetivo “escolar”. Trata-se de promover o sucesso das pessoas (todas as pessoas, e não apenas as crianças) na escola. Em grande medida este desiderato implica enfrentar a questão da diversidade de origem social dos alunos. A massificação do ensino tem vindo a verificar-se em níveis cada vez mais superiores do sistema educativo, o que implica que esses níveis, anteriormente socialmente mais homogêneos, são agora mais diversificados. Acresce que a missão da escola é a de que toda a população (i) aprenda mais coisas do que no passado (não apenas os conteúdos disciplinares básicos, mas também a desenvolverem o seu potencial criativo, a formar-se como cidadãos responsáveis, a preparar-se para prosseguir estudos ou entrar no mercado de trabalho); (ii) aprenda a utilizar as ferramentas da comunicação e do acesso à informação; (iii) e se prepare para os desafios da cidadania no mundo moderno, tarefas que outrora competiam às famílias. Estas hoje encontram-se sobre-ocupadas com duplas carreiras profissionais, para além de, muitas vezes, não possuírem elas próprias as competências que é indispensável transmitir.

Por outras palavras, no sistema institucional a escola é chamada a desempenhar funções que outrora pertenceram a outras instituições, em campos tão diversos como a educação para a cidadania ou a preparação para o trabalho e a aprendizagem ao longo da vida.

Na forma como o problema da educação foi recentemente colocado pela Comissão Europeia, com vista aos objetivos 2020, uma política justa e necessária de educação é a que promove simultaneamente, sem substituir uma pela outra, a equidade (ou a real igualdades de oportunidades, o que implica reconhecer a desigualdade de condições de partida) e a qualidade, isto é, a realização por todos de aprendizagens relevantes e significativas, de todos os pontos de vista: conhecimento dos conteúdos disciplinares, atitudes pessoais e relacionais adequadas, aptidões operativas para a vida ativa, respeito pela diversidade e capacidade para ajudar cada um a ultrapassar os seus obstáculos, num quadro de escolaridade obrigatória até aos 18 anos. Ajudar cada um

não é, neste contexto, promover o individualismo. Pelo contrário, implica dar espaço ao valor de referência da solidariedade. Neste sentido, a qualidade não se mede apenas pelos testes e exames, nem só num momento, ou sequência de momentos, na vida. A qualidade implica assegurar, numa perspetiva dinâmica do percurso de vida, a criação de disposições favoráveis à Aprendizagem ao Longo da Vida.

A equidade e a qualidade passam pelo reforço dos apoios educativos, uma abordagem pedagógica que, sem esquecer os programas disciplinares, se preocupe com a educação nas suas múltiplas dimensões, a diversificação pedagógica e das vias e percursos escolares, o desenvolvimento de projetos de enriquecimento do currículo e de treino de competências que possam, ao mesmo tempo, constituir emblemas com que a comunidade escolar se identifique e de que se orgulhe, o reforço do trabalho de ensino-aprendizagem com os alunos que apresentem maiores dificuldades e a definição de “planos de recuperação”, a criação de pares pedagógicos utilizando tempo da componente não letiva para apoio a alunos com dificuldades, o apoio e a colaboração das famílias e de outros agentes da comunidade, a diversificação dos tempos e dos espaços (onde se possa estudar, mas também brincar, conviver e participar em clubes e grupos de projeto), a criação de ambientes inclusivos e de qualidade para as crianças com NEE, a valorização da diversidade. Uma escola com qualidade é uma escola, como se disse, para todos, que considera a Educação de Adultos como uma prioridade, qualificando-os e promovendo ao mesmo tempo um impacto nos jovens por via da criação de contextos alfabetizadores nas famílias.

Por fim, sem esgotar o tema, de que apenas tocámos pela rama alguns dos tópicos que ilustram as orientações gerais subjacentes à Carta Educativa de Vila Franca de Xira no que toca à missão do sistema, considera-se indispensável a abertura da escola ao meio, de forma a poder beneficiar da Educogenia Comunitária. A relação entre a Escola e a comunidade deverá obedecer a uma cultura de cooperação, e não de culpabilização mútua.

Há quem duvide da capacidade das instituições de educação, nomeadamente das escolas, para cumprir esta missão. De facto, a norma não corresponde ao tipo de práticas referidas, nem os recursos disponíveis são geralmente os suficientes. Não se investe de mais na escola, pelo contrário o nosso país investe de menos, quer por relação ao atraso que tem de recuperar, quer por comparação instantânea com os nossos parceiros Europeus. Mas muitas vezes pensa-se assim porque se toma a escola

como uma instituição incapaz de mudar. Ora, a escola é uma instituição viva, capaz de se transformar. Na equação da equidade e da qualidade, a escola não é uma constante, mas uma variável.

O segundo domínio no qual a Carta Educativa tem de assumir uma posição num campo controverso, é o da descentralização e da participação dos municípios na educação. O cenário mais favorável ao desenvolvimento de um Projeto Educativo Concelhio é o do desenvolvimento moderado da autonomia e da descentralização das políticas de educação.

Porém, a questão da territorialização de uma política de proximidade como a da educação, também tem produzido posições extremadas.

Uma delas corresponde ao modelo seguido desde a invenção do sistema escolar em países como Portugal, com vista a instruir as populações e a disseminar os valores do Estado-nação, ao mesmo tempo que preparava a mão-de-obra necessária a uma economia em diversificação acelerada. Segundo este modelo, no plano organizativo os centros de decisão são totalmente centralizados, tanto no plano dos currículos e dos conteúdos disciplinares, como no plano do financiamento, do recrutamento e colocação de professores e da administração em geral. Esse modelo predomina até hoje, embora a partir da lei de bases do sistema educativo tenha cedido nalguns aspetos. Porém, no essencial, e pesem embora os projetos políticos de sentido contrário prevalece na relação com as escolas o seu papel de meros serviços locais do sistema, sem autonomia nem para definir plenamente o seu projeto educativo.

A Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira foi construída no pressuposto que, também neste aspeto das orientações estratégicas, a melhor opção está a meio caminho. Os programas e os conteúdos curriculares devem continuar a ser definidos centralmente, embora com uma maior abertura para incluir conteúdos, sequências e projetos definidos localmente. Os Agrupamentos de Escolas devem caminhar passo a passo para uma maior autonomia, incluindo no campo do recrutamento de professores e outros profissionais, mas o Ministério da Educação deve reforçar os instrumentos de regulação, avaliação e correção de assimetrias locais/regionais. As autarquias poderão assumir novas responsabilidades, não apenas no que respeita ao pessoal auxiliar e à construção de equipamentos, como agora acontece parcialmente, mas também ao nível da coordenação entre os diferentes atores e no desenvolvimento de projetos transversais em relação a cada concelho ou conjunto de concelhos. Mas a transferência

de responsabilidades deve ser acompanhada de um reforço simultâneo das transferências financeiras, com o regresso dos níveis de investimento em educação que se verificavam no final da década. Uma parte dos processos de transferência de competências pode ser padronizada (por exemplo, incluir sempre itens relativos a equipamentos e edifícios), mas outra deve ser deixada em aberto para a negociação de protocolos em que se possam espelhar opções estratégicas de cada concelho.

3.2. Objetivo Geral

Tendo em consideração as Orientações Estratégicas apontadas acima, define-se como Objetivo Geral da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira dotar o sistema de educação e qualificação do concelho de um instrumento de planeamento estratégico, capaz de implementar, no período entre 2015 e 2020, um “Concelho do Conhecimento e da Aprendizagem”.

Esta é uma expressão com conteúdo. Trata-se de:

1. Elevar os padrões de exigência e dar expressão aos projetos e ambições das autarquias, dos agentes de ensino e de outras partes interessadas numa educação compreensiva, diversificada e orientada para os resultados e as competências;
2. Promover uma visão partilhada dos problemas e das soluções;
3. Construir uma perspetiva integrada acerca da melhor utilização dos recursos e de concretização de um projeto educativo concelhio, por um lado integrando os projetos educativos específicos dos agentes de educação/formação e, por outro lado, desenvolvendo projetos comuns que beneficiem da partilha de recursos;
4. Adotar um quadro nítido das necessidades existentes no concelho, tendo em conta em primeiro lugar as crianças e as famílias, de modo a potenciar a capacidade de negociação com a tutela dos apoios a fornecer para a concretização das atividades previstas na Carta Educativa;
5. Promover o Planeamento e o Ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos de acordo com as necessidades educativas e de formação;
6. Reforçar a abertura da Escola ao meio envolvente;

7. Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, em cada momento, em relação à procura efetiva tradicional, mas também ao preenchimento de respostas em áreas lacunares;
8. Promover a todos os níveis uma cultura do trabalho, do rigor, da exigência para todos, da criatividade, do espírito crítico, da utilização pedagógica do erro e do seu uso como recurso para a aprendizagem.

A Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira e o Projeto Educativo “Concelho do Conhecimento e da Aprendizagem” estabelecem como metas a atingir, nos próximos 5 anos, os seguintes resultados:

1. Frequência da escola por parte de 100% das crianças e jovens entre o pré-escolar e o 3º ciclo.
2. Elevar para 95% as taxas reais de conclusão no ensino secundário;
3. Reduzir o Abandono Escolar Precoce em 5%;
4. Reduzir em dois terços os atuais níveis de retenção escolar;
5. Certificar 2.500 adultos por ano nos diferentes ciclos do ensino básico e no ensino secundário

Medidas a adotar

O Programa de Ação que a seguir se apresenta não depende apenas da Câmara Municipal. Algumas atividades e medidas podem ser diretamente concretizadas pela edilidade, mas muitas outras carecem do apoio do Ministério da Educação, das Escolas, do Centro de Emprego e Formação de Vila Franca de Xira e de outras entidades públicas e privadas. Assumem-se estas propostas, assim, como um programa a negociar com essas diversas entidades. Prevêem-se as seguintes ações:

Medidas na área dos edifícios e Equipamentos Escolares

1. Erradicar os horários duplos da Escola Básica n.º 2 de Alhandra de modo a pôr termo a este regime de horário nas escolas do Concelho;

2. Concretizar com o Ministério da Educação a retoma das obras previstas na Escola Secundária Gago Coutinho e o lançamento das obras na escola-sede do Agrupamento de Escolas de Vialonga, e negociar as obras na Escola Secundária do Forte da Casa.
3. Criar um fundo – com verbas municipais, do Ministério da Educação e de doadores voluntários – para intervenções nos edifícios e equipamentos escolares;
4. Promover a integração da Escola de Toureio José Falcão na rede educativa concelhia;
5. Preparar com as IPSS uma estratégia para fazer face à diminuição futura e drástica do número de crianças que constituem a procura potencial de uma parte importante dos seus equipamentos e para assegurar a sua sustentabilidade e o seu contributo para o desenvolvimento social no concelho;
6. Tendo em conta a legislação em vigor, gerir os eventuais encerramentos dos estabelecimentos de educação e ensino com número de alunos insuficiente para garantir a qualidade educativa.

Preparar o ajustamento dos recursos humanos

1. Lançar em parceria com o Ministério da Educação um Programa de Formação de Professores para a organização escolar, a diversidade cultural e a inovação pedagógica;
2. Lançar em parceria com o Ministério da Educação um Programa de Formação de Professores dos Grupos de Recrutamento da Educação Especial;
3. Preparar um modelo de cooperação na rede concelhia para a gestão dos recursos docentes e outros profissionais de modo a assegurar de forma durável (plurianual) os projetos educativos das escolas e ainda a educação de adultos e projetos transversais concelhios;
4. Encontrar mecanismos que permitam aos Agrupamentos de Escolas intervir de forma crescente na seleção, recrutamento e avaliação do pessoal docente e não docente.

Promoção do sucesso escolar

1. Implementar um Programa de sinalização precoce do risco de retenção e abandono, a todas as escolas e todos os níveis e modalidades de ensino, com recurso a soluções de financiamento suportadas em candidaturas a fundos europeus ou outras equivalentes;
2. Criar em parceria com o Ministério da Educação, uma equipa de professores, residente nos Agrupamentos de Escolas mas com possibilidade de rotação em função dos recursos disponibilizados e das necessidades identificadas, responsável pelo “Programa Êxito Escolar”. Este programa visa proporcionar, no espaço escolar, aos alunos com mais dificuldades, acompanhamento escolar individual reforçado;
3. Adotar em parceria com as escolas formas organizativas que permitam maximizar o número de professores Diretores de Turma e a utilização do tempo não letivo para a constituição de pares pedagógicos que permitam reforçar o trabalho com os alunos com maiores dificuldades para atingir no mínimo a conclusão do secundário;
4. Em articulação com os órgãos de direção dos Agrupamentos de Escolas implementar soluções de entrega da direção de turmas com maior incidência de crianças com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educativas especiais a professores nomeados segundo critérios explícitos e ligados a planos de sucesso escolar;
5. Retomar em articulação com o Ministério da Educação o nível de oferta e melhorar a procura de Atividades de Enriquecimento Curricular;
6. Criar condições na escola pública regular, nos próximos 5 anos, de inclusão de todos os alunos com NEE assegurando as melhores condições;
7. Desenvolver em parceria com o Ministério da Educação a oferta do ensino profissional no ensino secundário, diversificando-a e promovendo uma melhor articulação com as empresas;
8. Institucionalizar uma Rede Concelhia para a Qualificação;
9. Promover o conhecimento do mundo do trabalho por parte dos jovens, através do lançamento em parceria com as Escolas e Empresas, do projeto “Descoberta das Profissões e do Mundo do Trabalho”;
10. Atribuir um prémio concelhio anual à “Empresa Qualificante” do concelho;

11. Atribuir anualmente uma distinção honorífica ao Agrupamento ou Escola Não Agrupada que realize maiores progressos nos resultados dos seus alunos;
12. Manter, ou se ainda possível, reforçar os níveis de abrangência atuais da Ação Social Escolar;
13. Promover o reforço da relação com as famílias e com as comunidades;
14. Aproveitar as festas comunitárias para organizar visitas de “conhecimento do meio”, de modo a valorizar as identidades locais aos olhos dos alunos e a valorizar a escola aos olhos das comunidades;
15. Promover o projeto “Pensamento Crítico”.

Qualificação de Adultos

1. Negociar com o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado do Emprego o relançamento de um programa de educação de adultos baseado nas metodologias centradas na experiência dos alunos, capaz de assegurar a certificação de 2.500 adultos por ano. Os Centros para a Qualificação deverão ser localizados em três áreas, uma no sul, outra no norte e outra no centro do concelho, e as equipas devem ser mistas, no sentido de tirar o maior proveito de professores para o acompanhamento nas matérias mais teóricas e de profissionais com outras competências, nomeadamente no campo do acolhimento e encaminhamento, da elaboração de Portfólios Reflexivos de Aprendizagens, da formação técnico-profissional e outros, e, ainda, capacitados para a organização dos processos e cursos de Educação e Formação de Adultos e para o RVCC profissional;

Investigação e desenvolvimento

1. Tirando partido da localização, das condições naturais e das empresas sedeadas no concelho, propõe-se a negociação com uma Universidade da instalação no concelho de um “Centro de Investigação”;

A Escola Sem Parar

1. Criar em parceria com as Escolas, parceiros educativos e comunidade escolar, o projeto “Escola Sem Parar” visando ocupar as crianças e os jovens nas escolas durante os períodos não letivos, em atividades lúdicas que permitam a realização de várias aprendizagens significativas.

4. Plano de Acompanhamento e avaliação

O lugar do acompanhamento e da avaliação na Carta Educativa

Como se disse a propósito da Carta Educativa ainda em vigor, um dos principais problemas de um projeto como o que se apresentou é o da ausência de um sistema de monitorização que permita:

- Produzir ajustamentos ou correções quer ao nível do diagnóstico, quer ao nível do plano de ação
- Ajudar as partes interessadas a manter na agenda das suas preocupações a Carta Educativa e a fazer dela um objeto de reflexão permanente, numa perspetiva estratégica
- Auxiliar os processos negociais internos e externos
- Aferir a concretização dos planos e a produção dos resultados previstos
- Determinar os fatores que se constituem como obstáculos ou como facilitadores do cumprimento dos objetivos.

Apresentam-se de seguida as principais características do sistema que se propõe para o acompanhamento e monitorização da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira.

Principal responsável pelo sistema de acompanhamento e avaliação

A responsabilidade pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa é da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Mas essa tarefa não pode ser entendida como um exercício meramente técnico. Tal como o planeamento, o processo de avaliação é também uma oportunidade de envolver todos os parceiros estratégicos e, portanto, para promover o sucesso da própria Carta.

Assim, a sede da monitorização da Carta será a “Rede Concelhia para a Qualificação”, constituída na dependência do Conselho Municipal de Educação.

A Câmara Municipal constituirá um grupo técnico de acompanhamento, ao qual competirá gerir a informação, preparar os trabalhos e produzir todos os materiais necessários à reflexão no âmbito da Rede e pela própria Câmara Municipal e outros órgãos autárquicos. São tarefas desse grupo:

- Validar e/ou modificar o sistema de indicadores de acompanhamento aqui proposto
- Recolher e tratar a informação
- Manter uma base de dados atualizada
- Produzir relatórios analíticos com periodicidade semestral
- Elaborar propostas anuais de revisão da Carta Educativa

Recomenda-se a construção/aquisição de uma plataforma digital que permita a recolha e tratamento automático da informação relevante, de acesso aberto e capaz de sustentar a produção dos relatórios e dos alertas necessários a um acompanhamento adequado.

Funções do Sistema de Acompanhamento

São as seguintes as principais funções do Sistema de Acompanhamento da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira:

- Promover o debate sobre a execução da Carta Educativa

- Atualizar em permanência os dados de caracterização da situação produzidos em sede de diagnóstico, os objetivos e as atividades a desenvolver, assegurando a permanente atualização da Carta Educativa
- Propor medidas de revisão e ações a desenvolver (novas ou de correção)

O sistema de Indicadores

Os indicadores devem cobrir todas as áreas da Carta Educativa, nos domínios da conceção, da operacionalização, da realização e dos impactos.

- Indicadores de conceção
 - Evolução demográfica da população e, em particular, dos nados-vivos e das taxas de fecundidade
 - Evolução da oferta educativa (escolas e número de alunos segundo a idade e o ano de escolaridade frequentado)
- Indicadores de Operacionalização
 - Número de presenças nas reuniões de rede
 - Ações cuja negociação com o Ministério da Educação, ou outras entidades, obteve os resultados visados
 - Eficiência na mobilização e utilização de recursos
 - Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização
- Indicadores de Realização
 - Ações realizadas nos prazos previstos
 - Número de professores, alunos e outros agentes envolvidos nas ações
- Indicadores de Impacto
 - Evolução das taxas escolarização
 - Evolução dos níveis de qualificação da população adulta
 - Evolução das Taxas de Retenção
 - Evolução das taxas de Abandono Escolar Precoce
 - Níveis de retenção (crescimento é indicador negativo)
 - Número de adultos que concluem em cada ano um grau de escolaridade

Relação entre as Áreas de Intervenção e os Indicadores de Acompanhamento

Contexto Geral	Evolução demográfica da população e, em particular, dos nascidos-vivos e das taxas de fecundidade
Edifícios e Equipamentos Escolares	Ações cuja negociação com o Ministério da Educação, ou outras entidades, obteve os resultados visados Eficiência na mobilização e utilização de recursos Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização Ações realizadas nos prazos previstos
Ajustamento dos Recursos Humanos	Eficiência na mobilização e utilização de recursos Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização Ações realizadas nos prazos previstos Número de professores, alunos e outros agentes envolvidos nas ações
Promoção do Sucesso Escolar	Eficiência na mobilização e utilização de recursos Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização Ações realizadas nos prazos previstos Número de professores, alunos e outros agentes envolvidos nas ações
Qualificação de Adultos	Eficiência na mobilização e utilização de recursos Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização Ações realizadas nos prazos previstos Número de adultos que concluem em cada ano um grau de escolaridade
Coordenação Concelhia	Evolução da oferta educativa (escolas e número de alunos segundo a idade e o ano de escolaridade frequentado) Número de presenças nas reuniões de rede Ações cuja negociação com o Ministério da Educação, ou outras entidades, obteve os resultados visados Eficiência na mobilização e utilização de recursos Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização Ações realizadas nos prazos previstos

Investigação e Desenvolvimento	<p>Eficiência na mobilização e utilização de recursos</p> <p>Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização</p> <p>Ações realizadas nos prazos previstos</p>
Escola sem Parar	<p>Eficiência na mobilização e utilização de recursos</p> <p>Eficácia do sistema de acompanhamento e monitorização</p> <p>Ações realizadas nos prazos previstos</p> <p>Número de professores, alunos e outros agentes envolvidos nas ações</p>
Metas de Referência	<p>Evolução das taxas escolarização</p> <p>Evolução dos níveis de qualificação da população adulta</p> <p>Evolução das Taxas de Retenção</p> <p>Evolução das taxas de Abandono Escolar Precoce</p> <p>Níveis de retenção (crescimento é indicador negativo)</p>